

Requeiro a Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, seja transcrito nos anais desta Casa o artigo do Professor Antonio Montenegro, publicado no dia 9 de junho no Jornal do Comércio, intitulado "Greve e trabalho".

JUSTIFICATIVA:

O Professor Antonio Montenegro, em muito boa hora, provoca, através do seu artigo, uma reflexão que acredito deva ser aprofundada por todos aqueles que, de uma maneira ou outra, participam mais ativamente dos movimentos sociais, particularmente dos que se encontram na esfera dos serviços públicos.

Após tecer considerações históricas, buscando na escravidão a origem de traços culturais que até hoje carregamos e os comparando com a formação cultural de outras sociedades, Antonio Montenegro constata que "tornamo-nos uma sociedade de patrões, chefes, diretores, gerentes, coordenadores, presidentes e uma infinidade de lugares de mando dissociado do fazer". Ou seja, a realização do trabalho propriamente dito nunca foi socialmente valorizada entre nós. Somos uma sociedade na qual a cultura da "casa grande" - isto como paradigma de ascensão e desejo de sermos "senhores" e, o que é pior, isso pior firando a possibilidade de transferir os para os outros e cumprir o objetivo das nossas tarefas.

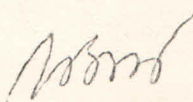
Tais considerações são levantadas como preâmbulo para embasar uma abordagem que o autor faz sobre os movimentos grevistas dos setores públicos. Reconhecendo o quadro de extrema gravidade por que passa o servidor, notadamente no que se refere ao aviltamento do seu salário (agravado ainda mais pelo atual plano econômico), Montenegro afirma com pertinência que os problemas dos serviços públicos não serão resolvidos sem a participação da sociedade e, acrescentamos nós, muito menos quando o encaminhamento das reivindicações se dão contra os interesses e necessidades dos segmentos mais carentes da população, exatamente (e não por acaso) os mais dependentes desses serviços. Os movimentos grevistas devem necessariamente ter o usuário como um aliado. Isso demanda um trabalho político mais consequente do que a exclusiva luta corporativista, quase

sempre dissociada do interesse coletivo e frequentemente penalizadora daqueles que, longe de serem patrões, são os que mais sofrem com as paralizações dos serviços públicos.

É corajoso o artigo de Antonio Montenegro. As posições que levanta são fáceis e simploriamente deturpadas por determinados segmentos que se auto-denominam avançados, mas que na realidade repetem, como bem coloca o autor, a velha cultura das classes dominantes. Não compreendem, ou preferem não compreender, que as suas reivindicações, por justas que sejam, não podem ser defendidas dentro de uma visão umbilical, entregando o Estado ora como uma abstração, ora como uma empresa de propriedade privada. É tarefa de todos encontrarmos formas solidárias de luta, capazes de colocar todas as discussões sob a ótica da cidadania e, subordinados a ela, encaminharmos os legítimos interesses dos servidores públicos. Do contrário, persistirá a situação de estrangulamento que prejudica os funcionários e desrespeita os cidadãos.

Da aprovação deste, dá-se conhecimento, em seu inteiro teor, ao Senhor Antonio Montenegro, à Rua Amaraji, nº 149, Casa Forte, Cep: 52060.

Sala das Sessões, 9 de junho de 1994


WALDEMAR BORGES

CAMARA MUNICIPAL DO RECIFE

REQUERIMENTO Nº _____

Requeiro a Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja dada atenção, por parte da prefeitura, ao calcamento da rua Radoso Pinto, no IPSEP que, segundo denuncia dos próprios moradores, já é dada como calcada.

JUSTIFICATIVA

Este é mais um caso de ruas que constam como calcadas na prefeitura e que na verdade estão cheia de buracos e lama causando transtorno aos moradores. É preciso que esse problema, que é mais serio do que parece, seja encarado de frente e resolvido. Enquanto isso não acontece, que pelo menos as ruas que forem identificadas como calcadas no papel possam ser calcadas na realidade, como a Rua Radoso Pinto.

Da resolução deste Plenário, põe-se ciência à Belarminda Menezes Silva na Rua Radoso Pinto, nº 93, IPSEP.

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores do Recife, em 22 de junho de 1994.



Vereador Waldemar Borges

Antonio Montenegro

Não somos uma sociedade do trabalho. O fazer não é alvo de realização e orgulho. Essa é uma das heranças dos quatrocentos anos de escravidão. Quando relembro na memória de criança, o homem do mudo adiante gritando "olha o mudo" seguido pelo ajudante com o tabuleiro na cabeça, revejo a força da cultura oficial se estabelecendo entre os extratos das camadas mais baixas. Os documentos do século 19 atestam, algumas vezes, como escravos alforriados, ao juntarem alguma reserva econômica, também passavam a ter seus próprios escravos de ganho. O significado dessa prática não desapareceu com o fim da escravidão. Tomamo-nos uma sociedade de patrões, chefes, diretores, gerentes, coordenadores, presidentes e uma infinidade de lugares de mando dissociado do fazer.

A História completamente inversa assistem sociedades onde as corporações de ofício se estabeleceram. A posição de mestre, mais alta na estrutura de poder da corporação de ofício, era galgada por aquele que fazia melhor e por extensão tinha condições de ensinar melhor. Ser aprendiz, na corporação de determinado mestre, indicava o nível de qualificação. Nessas instituições o poder era indissociável do fazer.

Há alguns anos realizei um trabalho de memória no bairro do Bixiga/SP com artesãos (serralheiros, alfaiates, marceneiros) descendentes de italianos. Surpreende-me a maneira como descreviam o trabalho. O alfaiate mostrava-me com orgulho seus instrumentos. Herdara de seu mestre, um outro alfaiate famoso com quem aprendeu tudo que sabia. O serralheiro falava-me da grade que construíra para Igreja Akiporita e de outras obras. No olho acertava medidas, que depois apenas confirmava com metro e esquadro. O marceneiro era uma satisfação pelas muitas peças que criara, inventara. A emoção destes homens pelo fazer me contagiou. Nunca tinha ouvido pessoas se orgulharem das horas, dias, meses, enfim da vida para o tra-

Não podemos ser parceiros de uma lógica perversa que alguns setores querem perpetuar

balho. Ao contrário, muito pequeno aprendi que o trabalho foi o que nos restou depois que Adao e Eva foram expulsos do paraíso.

Relembro hoje das primeiras greves de que participei na Universidade, no final da década de setenta. Final do governo Geisel. Um enorme temor de sermos demitidos. Os piquetes, as reuniões de avaliação. Tinhamos uma média de cem professores nas reuniões quase diárias do comando de greve. Lembro-me de algumas vitórias. Mas nunca de fato, nosso salário adquiriu um patamar estável, correspondente ao nosso fazer. Também nunca chegou a níveis tão reduzidos como no governo Collor.

Há uma passagem no livro do historiador Timothy Garton Ash, "Nós o povo" extremamente desafiadora. Descreve o autor, o cotidiano das organizações de resistência aos governos comunistas em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga em 1989. A visão dos tchecos sobre as formas de luta — especialmente a greve — e a comparação crítica aos poloneses, produzem uma imediata perplexidade em mim. Afirma o autor: "As palavras de ordem propostas são: objetividade, verdade, produtividade, liberdade. Pelas várias conversas do lado de fora, posso ver que o "exemplo polonês" é aqui amplamente considerado como negativo. Se a miséria econômica for o preço da emancipação política, muita gente pode não querer pagá-lo. De modo que o Fórum (Entidade organizadora da resistência na Tchecoslováquia) dá um valor especial à credibilidade econômica. Manifestações, só depois do expediente. A greve geral no horário do almo-

ço na segunda-feira como uma necessidade excepcional".

A greve era política. Contra um regime que os oprimia. Mas não devia, nem podia penalizar a sociedade. Afinal dois Estados comunistas com uma população com concepções inteiramente distintas da relação povo, trabalho, sociedade.

O que se passa no Brasil?... Tivemos e temos uma classe dominante e política que, com raras exceções, não responde por seus atos. Não se imagina como responsável diante do restante da sociedade por seu pensamento, palavra e obra. Continua a se imaginar "senhor" e atuar em sociedade como se esta fosse o arcaico território privado onde se reinava absoluto. Esta cultura dos setores dominantes se transmite hoje para os movimentos grevistas dos setores públicos. Afinal, todos sabemos que os salários estão aviltados e o atual plano econômico de caráter eleitoral provocou consideráveis perdas. No entanto, como o segmento que trabalha para a população, decreta greves por tempo indeterminado?... Quem responderá pelo prejuízo?... Afinal, a sociedade somos todos. É uma equivocada representação da realidade pensar que os problemas do serviço público poderão ser resolvidos independente da participação da sociedade civil.

Há alguns dias em Ribeirão Preto/SP, pais de alunos foram em passeata à Prefeitura da cidade, exigir que os professores tivessem atendidas suas reivindicações, e dessa forma a greve fosse evitada.

A luta para melhorar a educação, saúde, transporte, segurança e outros bens de consumo coletivo não pode se estabelecer a partir de um desserviço à população. Antes é tendo esta como aliada, que se deve buscar incansavelmente melhorar, construir e mudar. Do contrário seremos escravos da lógica perversa que parcela dos setores dominantes insistem em perpetuar.

Jornal do Commercio

Opinião

Recife, 9 de junho de 1994, quinta-feira 3